



O POVO POTIGUARA NO PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA E LUTA PELA ETNICIDADE

José Mateus do Nascimento
UFPB – CCAE – DED – GEPeeeS
zenmateus@gmail.com
Lusival Antonio Barcellos
UFPB – CCAE – DED – GEPeeeS
lusivalb@gmail.com

I Prelúdio

Falar em Potiguara traduz-se como “povo comedor de camarão”, aquele que habita as terras de acakutibiró (caju azedo ou bravo) na Baía da Traição, no Litoral Norte da Paraíba. No Vale do Mamanguape, a etnia ocupa terras desde o litoral até a atual Serra da Raiz (antigamente conhecida como Serra da Cupaoba). A terra Potiguara está localizada numa planície, no Litoral Norte da Paraíba e possui suas fronteiras ao norte, com o rio Camaratuba; ao sul, com o rio Mamanguape; ao leste, com o Oceano Atlântico. A região apresenta belas praias, recifes naturais, profundas grotas, multicoloridas falésias, canais, vales e chapadas, cobertos por um solo fértil e uma diversificada flora.

A etnia Potiguara durante quinhentos anos foi bastante perseguida e massacrada por questões religiosas e fundiárias. A região foi e é bastante cobiçada pelas missões jesuíticas, donos de engenho, fábrica têxtil e usinas. A respeito desse contexto, Cunha (1992, p. 133) revela que “[...] a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”. Através de apropriações ditas legais e as indevidas realizadas por políticos, magistrados e fazendeiros foram responsáveis pela descaracterização do território indígena.

Recentemente, década de 1980, a etnia inaugura um movimento de emergência étnica (ARRUTI, 1995) e luta pelo fortalecimento de sua identidade e tradições. Essa mobilização está integrada ao processo de retomada da Terra Indígena Potiguara (TI), que segundo a FUNAI ocupa o espaço de 33.757 hectares. A ação de retomada foi inaugurada em 1983 quando se demarcou o total de 21.238 hectares como TI presente nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. No ano de 1993,



homologou-se a TI Jacaré de São Domingos, com 5.032 hectares. A TI Potiguara de Monte-mor ainda apresenta uma área de 7.487 hectares que está em questão judicial. (BARCELLOS, 2010).

A população Potiguara soma, aproximadamente, 15.000 pessoas que vivem em 32 aldeias, falante do idioma Português também cultivadores do Tupi como língua materna, sinal de etnicidade expressivo de afirmação étnica e cultural.

II Contributos essenciais no processo de emergência étnica Potiguara

O processo de emergência, segundo Arruti (1995) pode ser definido como necessidade de revitalização ou de reconhecimento de um grupo social que passou grande período histórico relegado à invisibilidade, a discriminação ou mesmo extinção.

O povo Potiguara tem cultivado contributos para a afirmação da etnicidade, recuperando nos “troncos velhos”, pessoas idosas e mais experientes, as tradições do ritual Toré, da língua Tupi, do artesanato, da culinária, da educação escolar indígena e da demarcação de etnoterritórios no Litoral Norte da Paraíba.

Contributo 1: rememoração do ritual Toré

O ritual Toré constitui o principal patrimônio dos povos indígenas do Nordeste. Segundo Grünewald (2004) a prática ritualística apresenta-se como expressão simbólica presente na maioria das coletividades que lutam por reafirmar suas identidades e pela reelaboração cultural.

O Toré representa vitalidade da etnia Potiguara por solidificar os sinais diacríticos, oceano para onde confluem as águas dos rituais sagrados de agradecimento, luta, festa, contestação, reivindicação e esperanças. Espaço e momento sagrado em que são fortalecidas as raízes fincadas pelos antepassados. É necessária maturidade para entender a forma como se materializa esse tipo de mística e espiritualidade. (BARCELLOS; NASCIMENTO, 2010).

Entre os Potiguara, o ritual Toré apresenta-se como momento singular de espiritualidade em que eles entram em comunhão o deus Tupã. A comunidade é convidada a participar da celebração, inclusive as crianças são integradas ao evento



desde cedo. A iniciação é realizada pelos próprios parentes. A figura da genitora é muito importante nesse processo de aprendizagem da cultura, que se fortalece também no espaço escolar. Os curumins quando ingressam na escola aos três anos de idade, uma das primeiras coisas que aprendem é o Toré.

São os adultos os responsáveis pela iniciação das novas gerações no ritual Toré, de forma que ensiná-lo “significa ‘dar a semente’ da aldeia, ‘ensinar o caminho até os encantados’ que já tenha esquecido por causa da ‘mistura’ e das proibições [...]” (ARRUTI, 1995, p. 83). Nesse sentido, quando um tronco velho ensina o Toré a um grupo emergente ele está ensinando a indianidade conforme os preceitos/estatutos dos ancestrais e parentes presentes apenas na memória da aldeia. Arruti (1995, p. 84) define “A transmissão do Toré é um ato de comunicação complexo, onde entram em interação, simultaneamente, várias mensagens, cuja apreensão depende dos diferentes contextos (dos atos de enunciação, mas também de análise) a que a leitura dessas situações pode estar referida.” Neste sentido, assume a dimensão plurissensorial, o que traduz diferentes interpretações para os sujeitos que participam apenas como espectadores e os sujeitos que se envolvem, realizando o ritual e estão imersos na cultura e na tradição indígena.

O ritual inicia-se com um momento de prelúdio quando os instrumentos (pífano, tambores e maracás) são tocados anunciando e convidando a comunidade indígena para a concentração na grande oca.

Em seguida, o cacique pronuncia-se explicando o motivo da celebração e a importância do momento para afirmação identitária da etnia. Todos são convocados a se ajoelharem e em silêncio conversam, saudando o deus Tupã. Ocorre um silêncio total, porque é um momento de muita espiritualidade e contrição.

No terreiro sagrado que pode ser debaixo de uma grande oca ou na capoeira de cajueiros, os índios se organizam em circunferências, de forma que os instrumentistas e as lideranças tomam posição no centro do círculo, depois são dispostas as crianças e por último os jovens e adultos. Trata-se de uma dança circular, ritmada pelo compasso dos pés que batem no chão com bastante força e o som sincronizado do maracá. O contato do corpo com o solo sagrado torna-se muito significativo para o momento. Todos se



envolvem com o ritual, cantando e exaltando o deus Tupã, a força da Jurema, ao Rei Canindé e a Mãe de Deus.

Esse tipo de espiritualidade reúne ações de reverência, euforia e alegria. Oportunidade em que a etnia Potiguara promove reflexão sobre seu passado, dialogando com os ancestrais e sobre o seu presente, pois vivenciam uma cultura de resistência. A energia do Toré emana da sintonia do índio com a natureza, o que traz renovação para a vida Potiguara. Traduz um momento de vitória, triunfo do cultivo da etnicidade.

Contributo 2: socialização da Língua Tupi

A língua Tupi apresenta-se como grande patrimônio da etnia. Os “truncos velhos” defendem a reintegração do tupi antigo nos currículos escolares, porque sabem que o domínio da língua é o que marca a identidade de um povo. No interior do movimento de emergência étnico-cultural Potiguara, a ressurreição do Tupi antigo constitui numa ação tão fundamental quanto o fortalecimento do ritual Toré.

A partir da visita do professor Eduardo Navarro (USP) às aldeias Potiguara, em 2000, promoveu um curso de Tupi e inaugurou um processo de formação de professores de Tupi para atuarem nas escolas diferenciadas.

Contributo 3: visibilidade à arte indígena

O artesanato produzido pelos jovens e adultos é belíssimo. Os materiais são extraídos da natureza como sementes, penas, galhos, palha, que se transformam em colares, brincos, cocares, braceletes e saias. Os adornos utilizados no ritual Toré são coletados e confeccionados obedecendo à tradição dos dias sagrados e fases da lua determinadas, evitando-se receber qualquer tipo de maldição sobre a(o) artesã(o) ou sua família.

Especificamente, a confecção da saia ocorre com a extração da ante casca do pau de jangada, encontrada nas margens dos terrenos alagadiços e úmidos. Na etapa seguinte, o material é colocado de molho na cacimba para maturar, se for durante o tempo de seca, durante 15 dias; se for tempo de inverno, o período chega aos 30 dias.



Depois lavam as cascas, tirando a baba que se acumulou e colocam para secar ao sol. Passado a etapa da secagem, as cascas são ripadas em tiras de embira. O processo é finalizado com a união das tiras da palha a uma fina cinta-trança que será o cós da saia. Depois de pronta, dura até três anos.

A pintura corporal também traduz parte do artesanato e da cultura indígena Potiguara. Os desenhos são representativos e grafados no corpo com tinta extraídas do urucum (coloração vermelha) e do jenipapo (coloração preta). Existe simbologia e significados que emanam da escolha das cores e da iconografia no ritual, conforme relato exibido por Bruno, Gessé, Irembé e Raissa Potiguara (GERLIC; ZOETTI, 2011, p.12):

Nossa pintura retrata a história do Potiguara. Com ela trazemos no corpo a marca de nossos antepassados. É um meio de nos revestirmos de nosso valor cultural. [...]. A pintura pode representar um momento de reivindicação ou um ato de comemoração. O Urucum traz a cor vermelha do sangue e força de nossos guerreiros antepassados e o jenipapo nos oferece a cor preta da Mãe Terra, nossa fonte de energia. [...]. Para nós Potiguara estar com os nossos corpos pintados é muito importante para realizarmos nosso ritual.

O ato de pintar partes do corpo também se integra à fase de preparação para o ritual. Não se trata de instâncias dicotômicas, mas num ato contínuo que se complementa e estabelece uma unidade mística de espiritualidade. O momento é revestido de concentração, reverência e muita devoção.

Contributo 4: produção diversificada de alimentos saudáveis

A culinária típica da região do litoral norte da Paraíba tem sua marca por compor uma mesa variada de artigos e alimentos naturais e saudáveis. Durante a realização dos rituais, comidas da tradição são vendidas para os visitantes. O cardápio é composto pelo cozido da galinha de capoeira, a macaxeira cozinhada, os bolinhos de feijão verde com farinha, as paneladas de mariscos e crustáceos, as bandejas de peixe frito, camarão e lagosta.

A aldeia Três Rios, situada no município de Marcação, é a que possui a maior produção de mandioca, por mês produzem 40 mil toneladas para o consumo da



comunidade e comercialização com o governo municipal e estadual através do Programa Merenda Escolar.

Ainda dedicam-se ao plantio do milho, utilizado para o preparo de várias comidas como a canjica, pamonha, cuscuz, mungunzá, pipoca, farinha de milho, bolos, angu, mingau. O próprio milho cozido ou assado na brasa tem se tornado uma tradição no consumo doméstico como na comercialização do produto nas margens das estradas e rodovias de movimento de viajantes e turistas.

Podemos também aproveitar a diversidade de frutas e legumes presentes nesta região. Fruteiras como o cajueiro e a mangueira são os mais utilizados para o consumo e preparação de sucos e doces. Ocorre também a cultura de hortas com plantas medicinais, verduras e legumes, sob a lógica de trabalho da agroecologia e a economia solidária.

Contributo 5: vivência de educação escolar indígena

A educação diferenciada ou educação escolar indígena é uma das bandeiras de luta da etnia Potiguara, pois acreditam que a escola desempenha um papel essencial na formação das novas gerações. Exigem uma política mais definida para a educação indígena, com respeito à construção de um currículo ou proposta pedagógica que considere os aspectos do bilinguismo, do interculturalismo, da religiosidade e tradições da etnia.

A defesa é por uma educação integral, na qual os mestres não apenas ensinem, mas juntos construam uma teia de valores e princípios que serão apropriados pelas novas gerações. A proposta consiste em articular os momentos da aprendizagem teórica dos temas com os modos de vida e táticas de sobrevivência das comunidades. O ninho familiar e da aldeia deve ser o cerne das relações sociais de formação de cada sujeito.

O destaque da política educacional está para a formação do docente indígena. Há necessidade da existência de cursos de graduação específicos, firmados na pedagogia da existência e no movimento de emergência étnica em cada aldeia.



As conquistas neste âmbito estão na construção de mais escolas no território indígena Potiguara e na contratação (ainda que temporário) de professores indígenas para atuarem na educação escolar indígena. As lideranças defendem a qualificação do índio para atuarem profissionalmente no meio de seus parentes. Neste intento, ocorre incentivo para os jovens ingressarem nos cursos de licenciaturas espalhados pelo Estado da Paraíba e nos outros brasileiros.

Em 2004 foram realizados encontros de formação de professores nas aldeias São Francisco e Tramataia, ação que culminou na criação da Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP); foi inaugurado em 2006, o Campus IV da UFPB, com unidades acadêmicas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto; no ano de 2009, a Universidade de Campina Grande inicia o Curso de Graduação de Professor Intercultural na aldeia Acajutibiró – Baía da Traição; através do EUIP 1 e 2 – Encontro de Universitário Indígena Potiguara, criou-se em 2010, a Associação dos Universitários Potiguara (AUP); ainda, em 2011, foi aprovado projeto PET para o Campus IV - UFPB que tem por objetivo implantar estratégias de acesso e permanência dos alunos universitários indígenas em seus cursos de formação acadêmica.

O atual momento histórico educacional ampara-se num trabalho de resignificação das tradições culturais indígenas. Tanto estudantes de escolas do Ensino Fundamental e Médio, como universitários cada vez mais protagonizam atividades culturais, tendo como eixo central o Toré, símbolo das representações e das práticas ritualísticas do índio do nordeste brasileiro.

Contributo 6: demarcação de etnoterritórios

O processo de territorialização ainda está em processo e reúne esforços de todas as lideranças indígenas que habitam o litoral do nordeste brasileiro. Semelhante a outras etnias indígenas no país, os Potiguara tem investido numa luta de enfrentamento aos latifundiários que custa o derramamento de sangue das lideranças que protestam diante do desmatamento para cultivo da monocultura da cana de açúcar e criação de gado.

Na região do Vale do Mamanguape-PB, o embate ocorre com os usineiros, produtores de álcool-combustível e açúcar que visam o lucro, ignorando as fronteiras da



reserva indígena. Em muitos casos, os tratores funcionam como armas para derrubar os marcos fincados na terra pelas lideranças indígenas.

A alternativa de ação tem sido recorrer à proteção judicial do governo federal e a aliança com representantes políticos amantes da causa indígena e dos movimentos sociais no Estado da Paraíba. Tem-se a consciência que travam uma batalha de mais de cinco séculos, conflito este envolvendo variáveis políticas e econômicas mobilizadoras de forças contrárias à realização de uma reforma agrária. Mesmo diante de um contexto de contradições, a étnica Potiguara, a cada dia se fortalece como movimento indígena que vem conquistando a retomada de seu território e de sua identidade.

III Presença do povo Potiguara na prática política, na religiosidade das tradições e na cultura dos ancestrais

Presença dos Potiguara nas práticas políticas:

No interior do movimento de emergência étnica, a prática política apresenta-se como essencial. As lideranças indígenas se organizam no movimento que luta por melhores condições de vida para as trinta e duas aldeias localizadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição.

Cada aldeia possui o seu cacique que é escolhido por eleição acompanhada por equipe especial da FUNAI – Fundação Nacional do Índio. A comunidade indica um, dois ou três nomes de pessoas influentes na aldeia, depois ocorre apresentação das propostas e a culminância com a escolha do líder que assume imediatamente a função. Ele permanece no cargo durante os anos que continuar agradando a comunidade que o elegeu como representante diante das outras aldeias da região, dos outros povos indígenas e das instituições de apoio e fomento das causas indigenistas.

Ao lado dos anciãos, a juventude indígena também tem se organizado e atuado em várias frentes de militância política dentro e fora das aldeias. Os espaços estão sendo conquistados pelos jovens que têm contribuído significativamente no processo de revitalização da cultura indígena. Exemplo disso foi à criação da OJIP – PB (Organização dos Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba), instituição que oportuniza o envolvimento da juventude com questões das áreas da saúde, educação, direito,



assistência e inclusão social, inclusive política e gestão pública. (GERLIC; ZOETTI, 2011).

A mulher índia tem sido destaque na atuação política, assumindo em algumas aldeias e municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, os cargos de liderança como Parteira, Cacique, Conselheira Tutelar e Vereadora. Segundo a Cacique Maria Soares Gomes (Comadre) essas conquistas ocorreram gradativamente: “[...] as mulheres aos poucos estão se organizando e, prova disso, foi o fato de terem sido contempladas com Prêmio Culturas Indígenas com o projeto de revitalização da Lagoa Encantada.” (GERLIC; ZOETTI, 2011, p. 07).

Presença dos Potiguara nas práticas de religiosidade e tradição:

O destaque para a religiosidade das tradições está em resignificar os lugares sagrados de culto como as furnas e matas. Sabe-se que os antepassados frequentavam esses lugares por acreditarem nas energias que eles proporcionavam.

Na aldeia São Francisco, o momento das furnas antecede o ritual Toré realizado na capoeira dos cajueiros. Estar nas furnas significa procurar intimidade com os ancestrais. Por isso, os Potiguara permanecem bom tempo dentro das furnas, fumando o cachimbo e olhando para dentro deles mesmo.

As interfaces das práticas de espiritualidade entre os Potiguara foi etnograficamente revelada na pesquisa realizada por Barcellos (2005), quando identificou lugares sagrados presentes na natureza, construído pelos índios e revelados pelos encantados. Especificamente, os altares naturais são: as furnas, as copas das árvores, as margens dos rios e as matas; os criados pela ação humana: as ocas, as igrejas, as casas de farinha, o cemitério, as encruzilhadas; os dos encantados estão no lugar das lendas, crenças e tradições como a “Comadre Fulorzinha” (protetora dos animais da mata), “Meninos Encantados de Ouro” (protetores dos rios), “O Batatão” (protetor das matas – evita queimadas), “Mãe D`água” (protetora dos mananciais), “O Homem Gritador” (protetor das matas – evita desmatamento).

Presença dos Potiguara nas práticas de preservação da cultura de seus ancestrais:



A cultura dos ancestrais consiste em ações de preservação do meio ambiente. A Mãe Terra é venerada em seus rituais sagrados. Na etnia alimenta-se a crença que o contato com a natureza revigora a vida biológica e espiritual indígena. Historicamente a mata sofreu com a derrubada das árvores nativas (Mata Atlântica). Várias espécies da vegetação entraram em extinção, devido ação violenta da Companhia de Tecidos Rio Tinto, das usinas e dos produtores de carvão.

A preocupação com a natureza contribui para a ação de proteção do ecossistema. Isso ocorre porque o índio entende que ele é parte integrante da natureza, de maneira que o cuidado dispensado à Mãe Terra também consiste em cuidar de si mesmo e da herança natural para a posteridade. Boff (2004) comenta que os povos indígenas nos ofertam grande exemplo das maneiras de escutar e sentir a natureza, isto porque ela costuma falar com os seres humanos e denunciar quando sofre violência. Essa consciência deve ser cada vez mais cultivada no interior das aldeias, inclusive entre as novas gerações do povo Potiguara.

Gradativamente, as matas estão sendo recompostas. Os indígenas denominam essa ação de renovar a mata pela plantação de mudas de vegetação nativa. Nas aldeias de Jacaré de São Domingos e em Grupiúna encontra-se uma extensão de dezenas de hectares de mata recuperada, graças à ação de reflorestamento, que recupera o habitat da biodiversidade que somente se encontra no litoral do nordeste brasileiro.

São os “troncos velhos” que mantêm uma intimidade com a mãe natureza, de tal forma que realiza leituras de sinais presentes nas estrelas, no vento, no sol, na lua, na chuva, no mar, nos rios, na mata, na fauna, na flora. Para Barcellos e Nascimento (2010, p. 779) a figura expressiva do ancião e seu papel de mantenedor das tradições na aldeia tem visibilidade no movimento de emergência étnica Potiguara, quando dizem que

Os troncos velhos tem grande responsabilidade em ajudar as novas gerações a se manterem fiéis aos princípios deixados pelos antepassados. Muitos dos seus ensinamentos são de grande sutileza e precisam do momento certo, do lugar certo e da pessoa certa para serem repassados, compreendidos e perpetuados.

Então, notamos que a cultura dos ancestrais tem por alicerce o respeito à sabedoria dos “troncos velhos”. Estes são os anciãos que prudentemente perpetuam o



legado étnico-cultural repassado como herança pelos seus pais e avós. Pelo cultivo da tradição oral um cabedal de crenças e valores foi disseminado junto às práticas cotidianas de cada aldeia Potiguara. Esse patrimônio deve ser evidenciado nas rodas de conversa, nas salas de aula, nas feiras, nas casas de farinha e, principalmente entre as crianças e jovens indígenas.

Entre os índios Potiguara não há a cultura do asilo e nem orfanato. Tanto o idoso (trancos velhos) como a criança (pontas de rama) são pessoas que exigem cuidados e respeito por todos os parentes. O convívio entre crianças e pessoas idosas gesta um contínuo nas relações interpessoais entre integrantes que estão na base e no ápice da constituição geracional da etnia. A esse respeito Arruti (1995, p. 77) afirma

Os trancos velhos servem como reserva de memória, de cultura e de religiosidade – trazendo em si um passado real ou imaginário, que passa a fazer parte do presente, o informa, o justifica e o organiza – e não apenas como lembrança ou resgate. Essa relação é traduzida pela metáfora vegetal que fala do progressivo e ramificado crescimento de um mesmo ser, que se amplia e nesta ampliação vai dando origem a novas partes entre si, natural e inevitavelmente mais distantes e mais frágeis com relação às heranças dos antepassados, mas ainda fazendo parte de uma mesma realidade.

O processo de etnicidade somente é possível diante desse movimento de partilha de memória, de forma que os “trancos” falem das “raízes” da etnia para os “ramos”. Metaforicamente, o movimento de emergência étnica tem provocado o afloramento da grande “árvore” que dantes havia sido podada, maltratada e ameaçada de extinção. O povo Potiguara ressurge para contrariar esse imaginário coletivo dominante de negação da presença do índio na história da constituição do povo brasileiro. A etnia resistiu e hoje diz: sou Potiguara, sou de Tupã.

IV Considerações Finais

Pensar na emergência étnica da Nação Potiguara significa refletir sobre o processo histórico que a oportunizou no contexto de contradições sociais do Litoral Norte da Paraíba. Diante da realidade atual, temos um povo que ressurgiu, investindo numa forte e corajosa luta pela reafirmação de sua etnicidade e indianidade. Para tanto, concentrado esforços em práticas, no cotidiano das aldeias, que oportunizem a



ressurreição e cultivo das tradições que vão desde a realização do ritual Toré até a valorização da culinária típica da região. Além de recuperar o valor desses contributos de etnicidade, o movimento frisa a presença da etnia nas instâncias das negociações política, nos fóruns para definição de uma etnogeografia, nas plenárias para elaboração de diretrizes e propostas consistentes para a educação escolar indígena, nos eventos de valorização dos “trancos velhos”, das tradições e memórias do que é ser índio e índio Potiguara no Litoral Norte da Paraíba.

Referências

ARRUTI, José Maurício Andion. **Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional.** Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos. v. 08, n. 15, 1995, p. 57-94.

BARCELLOS, Lusival Antonio. **Práticas educativo-religiosas do povo Potiguara.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

BARCELLOS, Lusival Antonio; NASCIMENTO, José Mateus. Os trancos velhos Potiguara. In. **Anais Religiões e Paz Mundial.** Belo Horizonte(MG): 23º. Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, 2010, p. 766-781.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – paixão pela Terra.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: FAESP; SMC; Companhia das Letras. 1992.

GERLIC, Sebastián; Zoetti, Peter Anton (Orgs.). **Índios na visão dos índios Potiguara.** Salvador: Thydêwá. 2011.

GRÜNEWALD, R. A. Etnogênese e regime de índio na Serra do Umã. In. OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.